



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638706 - SP (2021/0001790-4)

**RELATOR** : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**ADVOGADOS** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
JOAO FINKLER FILHO - SP314826  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : KAUE HENRIQUE DE OLIVEIRA DOS SANTOS (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de KAUE HENRIQUE DE OLIVEIRA DOS SANTOS em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (*Habeas Corpus* Criminal n. 2279786-80.2020.8.26.0000).

O paciente foi preso em flagrante pela suposta prática do crime de furto simples, tipo penal previsto no art. 155, *caput*, do CP. O flagrante foi convertido em prisão preventiva.

A impetrante sustenta a falta de fundamentação idônea da decisão que decretou a prisão preventiva, pois o delito consiste na tentativa de furto de dois *kits* de xampus.

Alega que o paciente não se qualifica como reincidente e que a pena privativa de liberdade máxima para o crime é inferior a 4 anos, hipótese que justifica o afastamento da prisão cautelar.

Requer, liminarmente, a concessão da ordem para o relaxamento da prisão do paciente, com aplicação de medidas cautelares diversas, nos moldes do art. 319 do CPP. No mérito, pugna pela confirmação da ordem.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão, pois do voto condutor se extrai o seguinte (fls. 55-57):

A decisão que converteu a prisão em flagrante em preventiva não é ilegal, já que embasada em elementos seguros e, ao contrário do

alegado, encontra-se suficientemente fundamentada.

[...]

A manutenção no cárcere é medida que se impõe para garantir a ordem pública e aplicação da lei penal, ao menos nesta fase processual de apuração dos fatos. Mas é válido fazer a ressalva de que a autoridade coatora considerou ser o paciente reincidente.

[...]

Neste passo, nota-se que muito embora não haja trânsito em julgado da decisão condenatória, foi mantida a condenação do paciente por ocasião da interposição do recurso de apelação, apenas com redução da reprimenda imposta, pelo delito de tráfico de drogas, o que demonstra desprezo sistemático pelo cumprimento do ordenamento jurídico.

Por fim, a prisão preventiva do paciente está suficientemente fundamentada na necessidade de garantia da ordem pública, notadamente para se evitar a reiteração delitiva, haja vista seus antecedentes criminais, o que denota sua periculosidade social.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 09 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente